

INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS EM PERSPECTIVA DIALÉTICA:

Pesquisa-Ação nas Conferências de Educação, Meio Ambiente e das Cidades em Sorocaba e Região (2023–2025)

Flederson Assis do Nascimento,

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

E-mail: Flederson@estudante.ufscar.br

Thiago Hideo Tomoto,

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba

E-mail: thiagotomoto@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a participação dos autores em instituições participativas no campo da educação, meio ambiente e da política urbana entre 2023 e 2025, a partir de uma abordagem dialética e da pesquisa-ação. No âmbito da CONAE, o autor 1 atuou quanto coordenador da etapa regional, envolvendo 89 municípios da região de Sorocaba, e foi eleito delegado para as etapas estadual e nacional. O autor 2 participou quanto membro da sociedade civil sendo eleito na etapa municipal, estadual e nacional. No campo urbano, o autor 1 integrou a comissão organizadora da Conferência das Cidades 2025 e o autor 2 como sociedade civil, ambos foram eleitos delegados para a etapa estadual, mas somente o autor 1 deu continuidade a nível estadual e nacional. O objetivo da análise é articular o ciclo de desmonte e retomada das instituições participativas no Brasil recente e as contradições entre mobilização social, participação popular e limites institucionais.

Palavras-chave: Democracia participativa; CONAE; Conferência do Meio Ambiente; Conferência das Cidades.

Abstract

This article examines the authors' participation in participatory institutions in the fields of education, environment, and urban policy between 2023 and 2025, using a dialectical approach and action research. Within the scope of CONAE, Author 1 served as coordinator of the regional stage, involving 89 municipalities in the Sorocaba region, and was elected delegate for the state and national stages. Author 2 participated as a member of civil society and was elected at the municipal, state, and national stages. In the urban field, Author 1 joined the organizing committee of the 2025 Cities Conference, while Author 2 represented civil society; both were elected delegates for the state stage, but only Author 1 continued at the state and national levels. The purpose of this analysis is to articulate the cycle of dismantling and recovery of participatory institutions in contemporary Brazil, as well as the contradictions between social mobilization, popular participation, and institutional limitations.

Keywords: Participatory democracy; CONAE; Environmental Conference; Cities Conference.

Introdução:

As instituições participativas ganharam centralidade no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que consolidou a descentralização das políticas públicas e a criação de instrumentos de gestão democrática, como conselhos gestores, conferências, audiências públicas e orçamentos participativos. Esses mecanismos representaram um avanço no fortalecimento da democracia participativa, especialmente no âmbito municipal, que se tornou o espaço privilegiado de implementação das políticas sociais, articulando-se com os governos estadual e federal.

Ao longo das últimas décadas, essas instituições se colocaram quanto ferramentas de diálogo entre Estado e Sociedade Civil, responsáveis pela formulação, articulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em áreas estratégicas como saúde, assistência social, educação, política urbana e tempos mais atuais, a de meio ambiente/emergência climática. Contudo, o processo não ocorreu de forma linear. Nos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), observou-se enfraquecimento e até desmonte de diversos espaços participativos, seja pela extinção de conselhos, desidratação de conferências nacionais ou redução do apoio governamental.

No terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–), nota-se o esforço do governo federal pela retomada de uma agenda política voltada à reconstrução dos espaços de participação e controle social, com pastas que não aconteciam encontros por mais de 12 anos. Conferências nacionais, como a Conferência Nacional de Educação, Conferência de Meio Ambiente, encabeçadas pela atual Ministra Marina Silva com o MMA e a Conferência das Cidades, reaparecem como arenas estratégicas para o debate público e a formulação de diretrizes que subsidiem políticas de Estado.

Este artigo insere-se nesse contexto, com o objetivo de relatar e analisar criticamente a experiência dos autores nas etapas municipais/regionais, estaduais e nacionais da Conferência Nacional de Educação, Conferência de Meio Ambiente (2024 – 2025) e da Conferência das Cidades (2023–2025). A abordagem dialética permite compreender os movimentos diversos entre avanços e retrocessos institucionais, enquanto a pesquisa-ação justifica a inserção direta dos autores *in loco*, na atuação quanto coordenador, delegados, membro de fórum municipal, assessor parlamentar, representante de movimentos sociais e pesquisadores na área da Geografia Urbana e da Interdisciplinariedade.

O trabalho adota como abordagem teórica o materialismo histórico dialético, compreendida como instrumento para apreender os processos sociais em sua totalidade, analisando contradições históricas e mediações que produzem o real (Kosik, 1976). Do mesmo modo, o uso da Escrivência, sob a perspectiva do olhar de Conceição Evaristo, com os relatos a partir de uma escrita autônoma, independente e orgânica dos autores que adentraram profundamente com as suas vivências e diferentes olhares nestes processos que buscam efetivar uma democracia participativa no Brasil.

Como procedimento metodológico, a pesquisa se insere no campo da pesquisa-ação, em que o pesquisador participa ativamente do processo investigado, articulando transformação social e produção de conhecimento (Thiollent, 2011). A participação do autor 1 incluiu: Coordenação da etapa regional da CONAE 2023, envolvendo 89 municípios da região de Sorocaba; Atuação como delegado nas etapas estadual e nacional da CONAE (2023–2024); Participação como membro da comissão organizadora da Conferência das Cidades 2025 e como delegado nas etapas estadual e nacional; Inserção como membro do Fórum Permanente de Educação de Sorocaba; Experiência como assessor parlamentar na Câmara Municipal de Sorocaba; Atuação como mestrando em Geografia Urbana (UFSCar), articulando prática política e reflexão acadêmica; Autor 2 inclui: Representante do

Movimento Justiça Climática na Conferência Municipal do Meio Ambiente e das Cidades; Delegado eleito pela sociedade civil em ambas as Conferências; Eleição a nível nacional na Conferência Nacional de Meio Ambiente; Porta-voz do diretório municipal da REDE SUSTENTABILIDADE; Atuação como mestrando em Estudos da Condição Humana (UFSCar); Educador popular e da rede pública municipal de Sorocaba/SP.

As fontes utilizadas incluem documentos oficiais das conferências (relatórios, atas, resoluções), registros de observação participante, materiais de divulgação pública e bibliografia especializada sobre democracia participativa (Avritzer, 2008; Dagnino, 2002), planejamento urbano (Harvey, 2012; Lefebvre, 2001) e políticas educacionais (Saviani, 2007).

Fundamentação teórica:

No ano de 2023, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), com o apoio do campo progressista e de setores sociais mobilizados, reassumiu a presidência da República em um momento histórico de reafirmação da democracia e defesa dos direitos fundamentais da população brasileira. Sua eleição representou a retomada do comando do país e a proteção institucional dos espaços democráticos, em um contexto marcado por tentativas de golpe, ameaças de intervenção militar e avanço de práticas fascistas, promovidos por setores ligados à representação política de Jair Bolsonaro. Mesmo após sua derrota eleitoral, a ideologia conservadora permaneceu firme em segmentos da sociedade, evidenciada na tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023, cujos responsáveis, em 2025, seguem sendo processados pelo Poder Judiciário, com destaque para seus líderes.

Paralelamente, setores reacionários continuaram mobilizados por meio de manifestações, moções e medidas parlamentares, como o Projeto de Lei 2858/2022, do deputado Major Vitor Hugo (PL – GO), que visa o perdão e a anistia aos participantes do golpe. A conjuntura internacional também se insere nesse contexto: o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pressionou o Brasil com tarifas abusivas sobre produtos exportados, condicionando a redução dessas tarifas a medidas favoráveis a Bolsonaro. Essa articulação contou com a atuação de Eduardo Bolsonaro, deputado federal afastado, que atua como assessor direto nos Estados Unidos, junto a congressistas republicanos e ao poder executivo americano, em estratégias que poderiam deslegitimar instituições brasileiras e interferir na soberania nacional.

Do ponto de vista geopolítico, observa-se uma disputa entre Estados e atores econômicos globais pelo controle de fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos. O Brasil ocupa posição estratégica nesse cenário, dada a sua dimensão territorial, recursos naturais e potencial produtivo. A proposta de desdolarização do BRICS representa um esforço para reduzir a dependência do dólar como moeda de referência internacional, fortalecendo a autonomia financeira dos países membros e criando mecanismos alternativos de comércio e investimento que desafiem o eixo hegemônico EUA-UE. Em contrapartida, os Estados Unidos intensificam políticas protecionistas, impondo tarifas e barreiras comerciais sobre produtos exportados, numa tentativa de manter seu domínio sobre fluxos econômicos globais (Harvey, 2012; Lefebvre, 2001).

Além disso, bilionários e empresas de tecnologia, como Elon Musk (X, antigo Twitter) e a META (Facebook, Instagram, WhatsApp) de Mark Zuckerberg, exercem influência direta sobre políticas públicas e fluxos econômicos estratégicos no Brasil. Essas corporações pressionam por regulamentações favoráveis a seus interesses e buscam moldar o controle das redes digitais e do sistema de pagamentos eletrônicos, como o PIX, impondo padrões que podem subordinar o sistema financeiro nacional a interesses privados globais. Tal

atuação representa uma tentativa de controle econômico indireto, restringindo a autonomia do Estado brasileiro sobre instrumentos fundamentais de soberania financeira e territorial, em uma lógica de mercantilização do espaço social e econômico (Harvey, 2012; Lefebvre, 2001). Essa interferência evidencia como o capital transnacional não apenas influencia mercados, mas também tenta moldar a governança tecnológica e financeira do país, gerando desafios para políticas de desenvolvimento territorial inclusivo e proteção de direitos econômicos, sociais e digitais da população (Soja, 2010).

No plano interno, pautas sociais relevantes ganharam destaque, como a redução da jornada de trabalho. O movimento VAT – Vida Além do Trabalho, apoiado por figuras públicas como a deputada federal Erika Hilton, consolidou a pauta do fim da escala 6x1, mobilizando amplos setores da população. Inicialmente, o governo e sua base parlamentar demonstraram dificuldade nesta articulação, mas a pressão social e a continuidade das manifestações fortaleceram esta pauta, resultando em pronunciamento presidencial favorável, em 30 de abril de 2025, no Dia do Trabalhador.

Outras disputas políticas envolveram medidas tributárias e de justiça fiscal. O governo Lula enfrentou resistência do Congresso na reorganização tributária que buscava equilibrar a carga de impostos, concedendo isenção para rendas de até R\$ 5.000 e taxando super-ricos. Da mesma forma, o veto presidencial à proposta de aumento do número de parlamentares de 513 para 531, a partir de 2027, gerou mobilização social em defesa da democracia e contra privilégios históricos da elite dominante.

Assim, a liderança do Presidente Lula na defesa da Soberania Nacional se evidencia como central na garantia da democracia, na proteção dos direitos fundamentais da população e na defesa da soberania nacional, promovendo políticas que articulam participação social, justiça social e fortalecimento das instituições públicas frente a ameaças internas e externas, em um cenário global marcado por tensões geopolíticas, disputa econômica e desafios à autonomia financeira nacional.

Neste contexto, a retomada de instâncias de participação popular se mostrou estratégica e fundamental. Espaços de diálogo que integrem sociedade civil, movimentos sociais, comunidades tradicionais, povos indígenas, sindicatos, associações, intelectuais e setores públicos e privados permitem que decisões políticas reflitam diretamente os interesses de quem vive o cotidiano do país. Esses mecanismos funcionam como instrumentos de resistência à tentativa de desmonte do Estado Democrático de Direito, fortalecendo os pactos sociais e civilizatórios que estruturam as instituições brasileiras.

Desenvolvimento do tema - Autor 1:

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE), o autor participou como delegado nas três etapas. A CONAE foi convocada pelo Decreto n.º 11.697, de 11 de setembro de 2023, representou a retomada de um espaço estratégico de participação social na formulação de políticas públicas educacionais. Sua edição de 2024, sob o tema Plano Nacional de Educação (2024–2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável, resultou de um processo de pactuação entre o Ministério da Educação (MEC) e o Fórum Nacional de Educação (FNE).

Na escala regional, a conferência em Sorocaba mobilizou 208 delegados, dos quais 66 representavam o município, abrangendo mais de 50 municípios da região. Realizada no dia 28 de outubro de 2023 no Centro de Referência em Educação (CRE), com apoio do Fórum Estadual de Educação, o encontro configurou-se como espaço de articulação territorial e construção coletiva do espaço político. O autor 1 atuou como coordenador, sistematizando debates e proposições em torno dos sete eixos, que trataram desde a articulação entre os

planos nacional, estaduais e municipais até temas como financiamento público e valorização dos profissionais da educação.

A etapa estadual, realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2023, no campus Universidade Federal de São Paulo UNIFESP localizado na cidade de Guarulhos, reuniu delegados das etapas municipais, ampliando a escala e aprofundando os debates. O evento foi marcado pela forte presença da comunidade acadêmica, das instituições escolares em suas diversas modalidades (educação infantil, ensino fundamental, médio, técnico, superior e EJA) e da sociedade civil organizada. Destacaram-se os movimentos estudantis e as entidades sindicais e de trabalhadores em educação, cujas contribuições reforçaram pautas históricas de valorização profissional, financiamento e democratização da educação. Esse encontro, ao entrelaçar dimensões locais e estaduais, fortaleceu o caráter territorial e multiescalar do processo.

Já a etapa nacional consolidou-se como instância máxima de deliberação, reunindo aproximadamente 2,5 mil participantes, entre os quais 1.847 delegados eleitos, 204 observadores e 78 conferencistas nacionais e internacionais. Foram apreciadas cerca de 8.000 emendas ao Documento-Referência em um processo intenso de 40 horas de trabalho, distribuídas em sete plenárias temáticas e 34 colóquios. Com a participação efetiva de movimentos estudantis como UNE, UBES, ANPG e com a presença ativa de entidades representativas de diferentes segmentos educacionais, como a Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior (ANDES) e outras. A diversidade institucional e de movimentos sociais ampliou a densidade e a legitimidade do debate, configurando a etapa nacional como espaço de convergência e disputa de projetos educacionais.

A experiência multiescalar das etapas regional, estadual e nacional da CONAE evidenciou que a formulação de políticas educacionais é resultado de um processo que articula diferentes territórios de participação, conectando o local ao nacional em uma dinâmica de redes, escalas e espaços de disputa. A presença da comunidade acadêmica, dos movimentos estudantis, das entidades sindicais e de organizações representativas demonstrou que a democratização da educação se ancora na construção coletiva e no tensionamento entre diferentes sujeitos sociais.

Nesse sentido, reafirma-se a educação como política de Estado e como direito humano universal, indissociável do direito ao território e à produção social do espaço (Lefebvre, 2001; Carlos, 2007; Santos, 2008). A continuidade da participação social crítica e qualificada, nos marcos da educação, constitui elemento essencial para o acompanhamento e monitoramento do PNE (2024–2034), garantindo sua materialização como instrumento de justiça social, sustentabilidade socioambiental e democratização do espaço educacional brasileiro (Saviani, 2007).

Quanto a **Conferência das Cidades**, o autor 1 integrou a comissão organizadora municipal da Conferência das Cidades 2025, sendo eleito delegado nas etapas estadual e nacional. Os debates abordaram cinco eixos principais: urbanismo e habitação; infraestrutura e mobilidade; meio ambiente e mudanças climáticas; cidades inteligentes; e governança e participação social.

A participação permitiu observar a complexidade do planejamento urbano contemporâneo, marcado pelo conflito entre interesses econômicos e demandas sociais, reafirmando o município como espaço central de formulação de políticas urbanas (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012). Nesse contexto, torna-se evidente que o espaço urbano é produzido

socialmente por aqueles que vivem o cotidiano da cidade, incorporando práticas, usos e experiências que constituem o território urbano (LEFEBVRE, 2001).

Como nos apresenta Ana Fani Carlos (2007) a cidade é resultado da interação entre forças sociais e econômicas e as práticas cotidianas dos seus habitantes, evidenciando a dimensão política e espacial da vida urbana. David Harvey (2012) complementa essa perspectiva ao afirmar que o espaço urbano é moldado por processos de acumulação de capital e pelas disputas entre o interesse privado e o bem-estar coletivo, tornando a cidade um campo de tensões sociais e econômicas, a professora Sposito (2006) ressalta que a gestão e planejamento urbano devem considerar as dimensões simbólicas e materiais da cidade, incluindo a participação popular e a construção do espaço pelos próprios habitantes. Lefebvre (2001), por sua vez, propõe que o direito à cidade não se limita ao acesso a serviços e infraestrutura, mas implica a participação ativa de todos os cidadãos na produção, uso e transformação do espaço urbano, sendo um direito coletivo de moldar a vida urbana de acordo com necessidades sociais e culturais.

Além das conferências, o autor 1 atuou no Fórum Permanente de Educação, colaborando no monitoramento do Plano Municipal de Educação. A experiência como assessor parlamentar permitiu compreender as disputas políticas em torno da implementação das deliberações. Paralelamente, sua atuação como pesquisador em Geografia Urbana forneceu instrumental teórico para problematizar a prática, compreendendo a cidade como “obra” e produto social.

Desenvolvimento do tema - Autor 2:

1) A 5ª Conferência Municipal de Meio Ambiente em Sorocaba ocorreu em 14/12/2024, sob o tema nacional “*Emergência climática: o desafio da transformação ecológica*”. Reuniu cerca de 100 pessoas em um espaço marcado por tensões e incertezas, pois o prazo para o chamamento público da Conferência estava se esgotando, conforme previsto no edital promulgado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Dessa forma, movimentos sociais, sociedade civil organizada e grupos políticos estavam se mobilizando no que viria a ser chamado de Fórum Sorocabano de Mudanças Climáticas, para que, mesmo diante da inação do poder público, houvesse pela sociedade civil a organização de uma Conferência Municipal de Meio Ambiente autônoma e livre. Essa possibilidade estava prevista a partir da Portaria MMA nº 1.079/2024 e detalhada na Resolução nº 089/2024 da SEMIL (Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de SP), permitindo a realização de conferências no âmbito municipal e também intermunicipal, como ferramenta de democratização da participação, principalmente para municípios pequenos que não conseguiram realizar o chamado do MMA, mas que, dessa forma, pudessem constituir uma delegação para representar suas demandas coletivas.

Importante mencionar que o Fórum surgiu a partir de uma atividade do SESC sobre o Rio Sorocaba, principal rio que corta a cidade, sendo um marco da história local e dos povos originários que ali viviam. Infelizmente, o rio sofre com os impactos do chamado “desenvolvimento”, pois ao longo de seu leito foi construída uma das principais marginais de trânsito da cidade, a Marginal Dom Aguirre, o que ocasionou o estrangulamento do rio em prol da pavimentação. Em períodos de chuvas, seu fluxo normaliza e ocorrem enchentes constantes, além de diversos problemas à população, à flora e à fauna existentes.

Contrariando os estudos mais avançados sobre planejamento urbano — que apontam para a constituição de cidades inteligentes e resilientes (“cidades-esponja”) — e propostas como a transformação do espaço em parque linear, a Prefeitura Municipal, sob a gestão do prefeito Rodrigo Manga, pretende implementar um projeto antigo: a construção da Marginal Direita no leito oposto do Rio Sorocaba, o que acarretaria grande impacto ao meio ambiente como um todo.

Nessa luta pela defesa do Rio Sorocaba, surge o movimento social Justiça Climática, do qual sou representante. Esse movimento organizou manifestações, passeatas, protestos, grupos de estudo, participou de audiências públicas, elaborou laudos técnicos com apoio de universidades locais, acionou o Ministério Público, entre outras formas de atuação para barrar a iniciativa do poder público municipal. Assim, no calor dessas discussões, a Conferência Municipal de Meio Ambiente emergiu, resultando na unidade tática da Justiça Climática dentro do Fórum.

Como mencionado, havia imprevisibilidade quanto à realização da Conferência. O indicativo inicial era a construção de um grande evento independente, para homologar a participação popular e debater os temas de relevância local. Contudo, após diversos encontros em sindicatos, escolas e outros espaços, o poder público lançou o chamamento, o que provocou uma cisão interna no Fórum: parte do grupo queria manter a proposta de realizar a Conferência Livre, e outra parte defendia ocupar o espaço “formal” convocado pela prefeitura, como forma de demonstrar insatisfação com o processo participativo e com o desprezo do governo municipal pela temática ambiental. Sem consenso, a participação ficou em aberto para cada membro decidir.

É fundamental salientar que, mesmo com a presença de autoridades da área ambiental, como a intelectual Jussara de Lima Carvalho, a prefeitura realizou o evento apenas por fins protocolares e por pressão do Fórum, e não por compromisso real com a democracia participativa. Isso ficou evidente na desorganização do evento, tanto na condução dos grupos temáticos quanto na apreciação das propostas e na votação da delegação.

Por fim, o autor eleito delegado para a etapa estadual.

2) A 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente ocorreu em 12 de março, na cidade de São Paulo, reunindo 175 municípios, com mais de 1.200 delegados participantes e 727 propostas, segundo a SEMIL.

A delegação de Sorocaba não recebeu nenhuma informação da Prefeitura Municipal para viabilizar sua participação em nível estadual. Mesmo após tentativas de diálogo, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) não apresentou resposta objetiva nem ofereceu possibilidade de custeio do traslado, reembolso ou auxílio de custo. Assim, houve a necessidade de uma articulação coletiva da própria delegação para garantir a participação, arcando com os custos por meios próprios.

O evento contou com a presença de figuras renomadas nas mesas principais, como a Ministra Marina Silva e o presidente da CETESB, Thomaz Toledo. Entre os delegados, participaram representantes de partidos, sindicatos, movimentos sociais, povos indígenas, comunidades quilombolas, intelectuais e mandatos de diversos parlamentares, como Ivan Valente, Mônica Seixas, Sâmia Bonfim e a Bancada Feminista.

O espaço escolhido, o Centro de Difusão Internacional da Universidade de São Paulo (USP), organizou:

- Mesa inicial e final, com saudações de autoridades, contextualização formativa dos eixos, votação das propostas finais e eleição dos delegados estaduais para a etapa nacional;
- Alimentação, incluindo café da manhã, almoço e café da tarde;
- Grupos de Trabalho (GTs) para o debate e priorização das 727 propostas, distribuídas em cinco eixos (Mitigação; Adaptação e Preparação para Desastres; Transformação Ecológica; Justiça Climática; Governança e Educação Ambiental).

Cada GT contou com um profissional da área para a mediação e outro para redigir os textos das propostas que seriam apreciadas e votadas na plenária final. O cronograma foi:

- A) Mesa inicial com a fala das autoridades;
- B) Almoço;
- C) Divisão nos grupos de trabalho;

- D) Leitura do edital, com destaque as votações;
- E) Café da tarde;
- F) Plenária final.

A proposta de se realizar todo o evento em apenas um dia e em um único local gerou diversos conflitos com as delegações, desde questões de infraestrutura — pois muitos vieram de cidades distantes, com horas de deslocamento para ida e retorno — até a ausência de espaços adequados para se sentar nos intervalos dos lanches. A alimentação, em especial o almoço, não contemplou todos os participantes.

Do mesmo modo, ocorreram problemas no processo dos Grupos de Trabalho, que deveriam ser o espaço de discussão e escolha das propostas oriundas dos municípios e que seriam votadas por todos os delegados na plenária final. Como o tempo era curto, houve atropelo nas discussões e pouca possibilidade de conhecer as pessoas do próprio grupo, ainda que relacionadas de algum modo com a temática e atuantes em seus territórios. Apesar disso, mesmo que de forma rápida, a troca com pessoas indígenas, quilombolas, periféricas, representantes do poder público e do setor privado gerou grande potência e reforçou a importância do espaço da conferência.

Destaco o momento do café da tarde e a preparação da plenária final como emblemáticos, pois nela seriam votadas as 20 propostas finais da Conferência Estadual de Meio Ambiente e também os 70 delegados eleitos. Cada indivíduo teria direito a votar duas vezes dentro do seu segmento (por exemplo: sociedade civil vota apenas em sociedade civil, e assim por diante). Nesse momento, surgiram diversas estratégias: pessoas começaram a fazer campanha com seus nomes, distribuindo papéis que simulavam cédulas eleitorais, abordando outros delegados corpo a corpo, realizando falas em voz alta de propaganda, reunindo segmentos, correligionários partidários, sindicatos, associações e movimentos. Foi, sem dúvida, um momento muito marcante.

O debate da delegação de Sorocaba foi no sentido de eleger alguém com disponibilidade, já que a etapa nacional ocorreria em dias úteis, e que tivesse possibilidade de auxílio financeiro para custear a ida, caso não houvesse suporte do Estado, assim como não houve no município. Nesse contexto, o presente autor foi indicado para receber os votos. Contudo, eles não seriam suficientes para garantir a eleição. Assim, devido ao histórico de participação em movimentos sociais e partidários, o autor dialogou com pessoas conhecidas, delegados do próprio grupo de trabalho e outros presentes, a fim de cultivar vínculos, demonstrar disposição para defender as demandas coletivas e, assim, conquistar votos de confiança.

Nesse momento, surgiu um tensionamento: o número de delegados não estava sendo distribuído proporcionalmente pelas regiões ou macrorregiões, mas sim pelo total do Estado de São Paulo. A observação feita por delegações do interior, em especial da Baixada Santista, foi que, como o cálculo se baseava no número de habitantes, a cidade de São Paulo teria muito mais delegados, concentrando a maioria dos votos. Isso limitaria a democratização mais ampla dos futuros representantes da etapa nacional. Ocorreu grande tensionamento, com vaias, gritos e pedidos de ordem, até que a maioria concordou em seguir o edital e o processo eleitoral já estabelecido. Por conta disso, algumas pessoas optaram por não votar, abster-se do processo ou até fazer campanha pelo voto nulo.

É importante destacar que os povos indígenas e quilombolas, conforme o edital, tinham vagas reservadas. Apesar da diversidade de povos, um representante pediu a palavra e anunciou: “Delegados dos povos indígenas, subam ao palco, iremos discutir entre os parentes quem serão os nossos representantes.” Como participante, observei à distância. Eles dialogaram durante todo o período estipulado e, de maneira inspiradora para o restante da plenária, decidiram coletivamente os nomes que representariam o Estado de São Paulo.

Por fim, realizou-se a plenária final com a votação online dos delegados e das propostas prioritárias. Contudo, em razão do tempo limitado e dos conflitos ocorridos, foi definido que, após alguns dias, as informações finais seriam enviadas por e-mail aos participantes.

3) A 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente ocorreu entre os dias 6/05 a 9/05 em Brasília e reuniu mais de 3000 pessoas, aproximadamente 1500 delegados de todo o Brasil, com mais de 2500 propostas oriundas das Conferências Livres e Municipais.

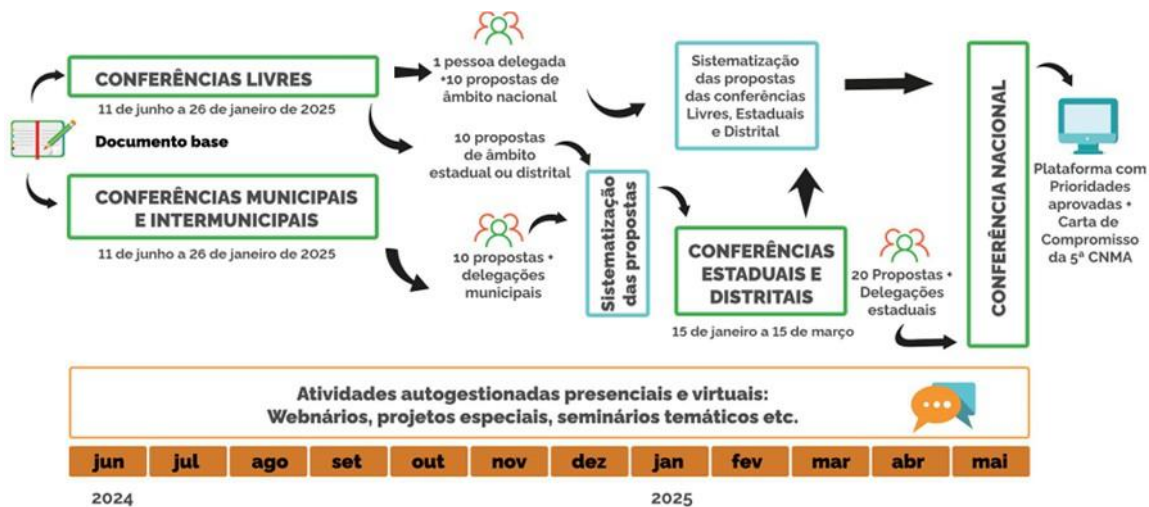


Imagem extraída do Passo a passo para a organização das Conferências Livres (BRASIL, 2025, p.4)

Como resultado obtivemos 100 propostas finais e 10 prioritárias que foram lidas e entregues no último dia, simbolicamente, para a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, composto por um grupo de pessoas que representaram a vida do campo, juventude, mulheres, negritude, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais e povos indígenas. A conferência foi composta por:

- 56% mulheres;
- 58% pessoas negras;
- 7% pessoas com deficiência;
- 1/3 indígenas ou de populações tradicionais.

| EIXO | PROPOSTA | PROPOSTAS-SÍNTESE ¹ |
|--|-------------|--------------------------------|
| Eixo 1 – Mitigação | 424 | 79 |
| Eixo 2 – Adaptação e Preparação para Desastres | 476 | 105 |
| Eixo 3 – Justiça Climática | 394 | 102 |
| Eixo 4 – Transformação Ecológica | 485 | 105 |
| Eixo 5 – Governança e Educação Ambiental | 856 | 177 |
| TOTAL | 2635 | 568 |

Tabela extraída do *Caderno de Propostas por Grupo de Trabalho – Etapa Nacional Final* (BRASIL, 2025, p. 8 e 9)

As milhares de propostas foram divididas pela organização da Conferência em diversos Grupos de Trabalho (GTs) com base nos eixos temáticos (1,2,3,4 ou 5) em que os delegados ao longo da programação tinham como função analisar as respectivas propostas, reorganizar o seu texto e votar nas prioridades.

¹ Proposta-síntese: São propostas oriundas das conferências livres e das conferências estaduais que a organização do evento reuniu assuntos similares e sistematizou quanto proposta-síntese.

| Eixo temático | Nº de GTs e nº de temas das propostas-síntese | Quantidade de propostas-síntese |
|---------------|---|---------------------------------|
| 1 | 7 | 79 |
| 2 | 9 | 105 |
| 3 | 9 | 102 |
| 4 | 9 | 105 |
| 5 | 16 | 177 |
| Total | 50 | 468 |

Tabela extraída do *Caderno de Propostas por Grupo de Trabalho – Etapa Nacional Final* (BRASIL, 2025, p. 10 - 17)

Assim, os delegados se inscreviam no Grupo de Trabalho de maior interesse e, em outros GTs de menor prioridade, caso as vagas tivessem alcançado o seu limite máximo. Nos grupos de trabalho, com apoio do Caderno de Propostas, constavam as seguintes informações: eixo temático, nome e número do GT, proposta e código.

Como havia muitas propostas que dialogavam entre si, a organização do evento as acoplou como um único texto dentro de cada GT, mas de modo a respeitar o corpo redigido e a validade da aprovação nas instâncias das conferências ocorridas. Para isso, foi mantido o código que fazia menção ao texto original, possibilitando ao delegado, caso considerasse necessário, consultar a proposta na íntegra em outro documento geral.

Por exemplo:

1. EIXO TEMÁTICO I: MITIGAÇÃO

GT 1. Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais

Foco na transição para práticas agrícolas sustentáveis, incluindo agroecologia, agricultura familiar, sistemas agroflorestais, produção vegetal de baixa emissão e fortalecimento de cadeias produtivas resilientes.

| ID | Proposta | Código |
|-------|---|--|
| 1.1.1 | Fomentar a agricultura sustentável em nível nacional, investindo em tecnologia própria e apoiando a transição para produção vegetal com menor impacto ambiental, por meio de práticas como plantio direto, rotação de culturas e agricultura orgânica, oferecendo capacitação e suporte técnico aos produtores. | CL34079; CL37690; CL37709; CL40236. |
| 1.1.2 | Fortalecer a agricultura familiar e comunitária, oferecendo formação técnica, apoio para modernização sustentável e incentivos fiscais para práticas diversificadas, por meio de parcerias para pesquisa em agricultura regenerativa e adaptação climática. | AM02; CL32159; CL37581; CL39894. |

Quadro extraído do *Caderno de Propostas por Grupo de Trabalho – Etapa Nacional Final* (BRASIL, 2025, p. 18)

Na imagem acima, temos o nome do Eixo Temático I: Mitigação; o nome do GT: GT 1. Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais; um breve resumo do GT; e o ID, que é o código que será utilizado posteriormente para a votação das propostas. Nesse caso, seria apresentado na votação como, por exemplo, 1.1.1, e o delegado utilizaria o caderno de propostas para a leitura na íntegra. Também constam o corpo do texto de toda a proposta e o código das propostas que deram base para a que está apresentada como central.

A facilitadora do GT dividiu os participantes em grupos iguais, designou cinco propostas e cada grupo ficou responsável por:

- analisar a proposta base;
- realizar a leitura das propostas correlacionadas por meio do código;
- discutir em coletivo os possíveis apontamentos da proposta base e propor eventuais reajustes ou adaptações ao texto, com o uso dos conteúdos complementares indicados nos respectivos códigos;
- sistematizar a proposta final.

Após a discussão nos pequenos grupos, os participantes retornaram ao formato do GT completo, apresentaram as propostas e, posteriormente, os próprios delegados votaram naquelas que consideraram prioritárias de maneira ampla. As mais votadas foram levadas para a votação definitiva na plenária final, que reuniu as 100 propostas acumuladas pela Conferência Nacional do Meio Ambiente.

Na Plenária Final, todas as 100 propostas foram lidas e apresentadas, assim como as moções discutidas nos corredores entre as organizações presentes, que coletaram assinaturas em prol de suas causas para que fossem incorporadas ao texto final da Conferência.

| CONSOLIDAÇÃO DA PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS - PLENÁRIA GERAL | | | | | |
|--|---|--|--|-------|--------------------------|
| ID | Eixo | GT | Descrição da Proposta | Total | Código da proposta |
| 1 | Eixo V - Governança e Educação Ambiental | 39 - Financiamento e Fundos Ambientais | Garantir a destinação de no mínimo 5% do orçamento dos entes da Federação (União, Estados e Municípios), em face da emergência climática, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com ênfase nas ações de gestão, fiscalização, restauração florestal e educação ambiental e climática. | 352 | 5.13.2 |
| 2 | Eixo V - Governança e Educação Ambiental | 35 - Educação Ambiental Formal | Implementar a educação ambiental decolonial crítica e transformadora como prática integrada, contínua e permanente em todos níveis e modalidades de ensino, de forma inter e transdisciplinar e conectada aos territórios, integrada a temas como historicidade, justiça social e climática, racismo ambiental, saberes tradicionais, mitigação, adaptação, consumo consciente, cultura oceânica e saúde única. | 247 | 5.3.1, 5.3.5 e 5.3.18 AB |
| 3 | Eixo II - Adaptação e Preparação para Desastres | 12 - Engajamento Comunitário e Defesa Civil | Fortalecer as brigadas florestais, por meio da criação de um Sistema Nacional de Brigadas populares, voluntárias, independentes e comunitárias com brigadistas formados e capacitados permanentemente em prevenção, combate a incêndios, garantindo recursos orçamentários e atuação contínua, através de parcerias municipais, estaduais, federais e setor privado. | 220 | 2.3.1.P |
| 4 | Eixo V - Governança e Educação Ambiental | 41 - Animais Silvestres e Domésticos | Criar política nacional sobre os direitos dos animais, incluindo a proteção em desastres climáticos, prevendo a instituição de conselho específico paritário e fundo com dotação própria voltado para resgate, reabilitação, formação de equipes especializadas e apoio a instituições públicas e privadas envolvidas no manejo ético destes animais. | 217 | 5.8.4C |
| 5 | Eixo III - Justiça Climática | 23 - Saúde, Educação e Segurança Alimentar | Criar o Programa Nacional de Justiça Climática que promova ações equitativas de adaptação e mitigação, garantindo segurança alimentar, habitação sustentável e soluções baseadas na natureza, especialmente para populações vulnerabilizadas, incluindo fundos municipais de emergência, proteção a defensores de direitos humanos e ambientalistas e apoio psicossocial, assegurando ampla participação social. | 190 | 3.8.12.D |
| 6 | Eixo III - Justiça Climática | 22 - Contrapartidas, Compensação Socioambiental e Responsabilidade Ambiental | Implementar, através da lei, taxa progressiva sobre grandes fortunas, para financiar políticas climáticas, promovendo adaptação, segurança alimentar e redução de desigualdades em comunidades vulnerabilizadas, com foco na preservação ambiental e em projetos de reabilitação dos animais. | 182 | 3.4.12 |
| 7 | Eixo I - Mitigação | 1 - Agricultura Sustentável e Sistemas Agroflorestais | Fomentar a agricultura sustentável e regenerativa em todo o país, priorizando a agricultura familiar e a regularização fundiária, por meio de sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas, uso de adubo orgânico e bioenergia, recuperação de áreas degradadas, com foco em apicultura e meliponicultura, e manejo integrado nos territórios. | 181 | 1.1.3.P |
| 8 | Eixo IV - Transformação Ecológica | 28 - Gestão de Resíduos e Economia Circular | Implementar gestão integrada de resíduos sólidos com economia circular, fortalecendo cooperativas e associações de catadores, logística reversa e compostagem. Criar ecopontos, biodigestores e centrais de reciclagem, com catadores remunerados, banir plásticos de uso único e promover embalagens retornáveis. Incentivar inovação em materiais recicláveis, capacitar setores para práticas sustentáveis e garantir fiscalização eficiente. | 179 | 4.2.6 C |
| 9 | Eixo III - Justiça Climática | 20 - Direitos Territoriais e Regularização Fundiária | Construir plano nacional de regularização fundiária e gestão socioambiental de territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais e periféricas junto a um amplo sistema de áreas protegidas acelerando demarcação e homologação de territórios indígenas, titulação de territórios quilombolas, fiscalização e proteção contra crimes ambientais, e valorização do conhecimento ancestral. | 177 | 3.5.1 |
| 10 | Eixo I - Mitigação | 7 - Mobilidade, Saneamento e Gestão Hídrica | Fomentar políticas públicas, com o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando melhorar a qualidade das bacias, tendo as sub-bacias como unidade territorial, promovendo a limpeza e despoluição dos rios. | 173 | 1.10.6.P |

Quadro extraído do *Caderno de Propostas priorizadas pelos Eixos* (BRASIL, 2025, p. 1)

Considerações finais:

A análise das experiências nas Conferências de Educação e das Cidades evidencia que as instituições participativas permanecem essenciais para a formulação democrática de políticas públicas. A CONAE reafirma a educação como política de Estado, enquanto a Conferência das Cidades 2025 fortalece o debate sobre o direito à cidade.

A democracia participativa é um processo em disputa, avançando ou retrocedendo conforme a correlação de forças políticas e sociais. Nesse cenário, retoma-se a centralidade da categoria direito à cidade (Lefebvre, 2001), compreendido não apenas como acesso aos serviços urbanos, mas como a possibilidade de os cidadãos influenciarem e decidirem sobre a produção e organização do espaço urbano.

Assim, conclui-se que os espaços participativos, como conferências e fóruns, não podem ser tratados como momentos isolados de mobilização, mas como parte de um processo contínuo de construção democrática. A centralidade desse processo está em garantir que a população exerça efetivamente o direito à cidade, participando das decisões que moldam o espaço urbano e, conseqüentemente, suas condições de vida. Cabe à sociedade civil, em diálogo com as instituições, disputar esses espaços para que suas deliberações refletem demandas sociais e se transformem em políticas concretas, contribuindo para uma cidade mais justa e uma educação pública de qualidade social.

No que tange às Conferências de Meio Ambiente, observou-se que muitos delegados atuaram priorizando propostas próprias ou vinculadas a seu segmento político ou região, gerando disputas sobre quais textos seriam aprovados. Nesse sentido, o interesse individual prevaleceu sobre o coletivo, contradizendo a lógica participativa que fundamenta as conferências e conselhos. Essa dinâmica revela a influência de racionalidades neoliberais e colonizadoras, mas também evidencia a necessidade de ampliar a participação da população, sobretudo daqueles historicamente marginalizados, para reduzir tensões e contradições.

Historicamente, decisões políticas no Brasil se restringiram a determinados setores: poder público, acadêmico e, em grande medida, ao setor privado. Mesmo após a Constituição de 1988, a implementação estrutural de conselhos e conferências requer tempo, amadurecimento, dedicação e intencionalidade política, especialmente em nível local, para possibilitar que grupos historicamente silenciados possam canalizar suas vozes, histórias, dores e lutas.

A presença da diversidade de pessoas nos espaços participativos gera inquietações, mas também permite evidenciar as contradições estruturais do país. A gradual ressignificação desses espaços possibilita que se tornem cada vez mais acessíveis ao cidadão comum, que deve se sentir legitimado a ocupar a mesa de decisão, junto a palestrantes, camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e estudantes, todos articulados por uma visão que valorize uma nova compreensão das pessoas, da natureza e do espaço urbano.

Para o autor, as experiências mais significativas de ocupação do espaço vêm do aprendizado com a diversidade: a quilombola do interior de São Paulo, o indígena do Amazonas, a educadora popular do agreste nordestino, e referências do cotidiano, como Daniel Munduruku, Marina Silva e Conceição Evaristo. Esses encontros criam pontes e laços que fortalecem a luta coletiva, exemplificada na mobilização das delegações em resposta à chamada “PL da Devastação”, votada pelo Congresso Federal.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **Democracia e sociedade: participação, representação e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. **Caderno de Propostas por Grupo de Trabalho – Etapa Nacional Final**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2025.

BRASIL. **Passo a passo para a organização das Conferências Livres**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2025.

CARLOS, Ana Fani. **Planejamento e política urbana no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

DAGNINO, Evelina. **Cidadania em construção: movimentos sociais e a política no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. *O espaço e a cidade*. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

SOJA, Edward W. *Postmetrópole: estudos críticos sobre as cidades e regiões*. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SPOSITO, Maria Lúcia. **Planejamento urbano e participação popular**. São Paulo: Cortez, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.